



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: TURISMO

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM RESPONSABILIDADE
SOCIAL PARA CORUMBÁ DE GOIÁS**

FABÍOLLA S. B. DE SOUSA
RA: 2012840/0

PROF(A). ORIENTADOR(A): ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

Brasília/DF, Junho de 2007.

FABÍOLLA S. B. DE SOUSA

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM RESPONSABILIDADE
SOCIAL PARA CORUMBÁ DE GOIÁS**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Turismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna Maria Felipin Rigobello

Brasília/DF, Junho de 2007.

FABÍOLLA S. B. DE SOUSA

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM RESPONSABILIDADE
SOCIAL PARA CORUMBÁ DE GOIÁS**

Monografia apresentada com um dos requisitos para conclusão do curso de Turismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna Maria Felipin Rigobello

Banca examinadora:

Prof(a). Anna Maria Felipin Rigobello
Orientador(a)

Prof(a).
Examinador(a)

Prof.(a)
Examinador(a)

Brasília/DF, Junho de 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico essa monografia aos meus pais por serem tudo na minha vida. Aos meus queridos filhos Thalita e Arthur, pela compreensão da ausência no decorrer do curso e que só Deus sabe o quanto foi doloroso, mas necessário. Ao meu esposo Cleiton por estar ao meu lado, me apoiando sempre, e pronto para me ajudar. As minhas grandes amigas Deborah e Naraiana que estavam sempre prontas a me ajudar e a todos que não foram citados, mas que moram no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus nosso pai todo poderoso por ter me dado sabedoria e por ser meu refugio nos momentos mais difíceis da minha vida. A minha orientadora Anna pela ajuda, compreensão e paciência. A minha cunhada e amiga Thathiellen que estava sempre disposta em ajudar, e a todos que amo e que não foram citados meu muito obrigado.

EPIGRAFE

Não foi de um salto que os grandes homens chegaram as culminâncias do êxito mas sim, trabalhando e velando, enquanto os outros dormiam.

James Allen

Algumas virtudes só surgem no meio da aflição.

Joseph Addison

Não desanime jamais frequentemente é a última chave do molho que abre a fechadura.

Troty

Na quietude e na confiança estará nossa força.

Isaías 30:15

RESUMO

Esta monografia acadêmica que tem como objetivo analisar, A Importância do Planejamento com Responsabilidade Social para o Desenvolvimento de Corumbá de Goiás, ao qual estudou a importância em se desenvolver um planejamento turístico com o envolvimento da comunidade local, do poder público e da iniciativa privada no processo de participação ativa, nas tomadas de decisões e no direcionamento do planejamento com responsabilidade social. Uma vez adotados estes princípios, pode-se proporcionar benefícios econômicos e principalmente sociais, através do engajamento de todos os envolvidos na atividade turística e utilizando-se da inclusão social, através de programas de capacitação, contribuindo assim com aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Evidencia-se, portanto, que estas são peças chaves para o desenvolvimento do turismo, fomentado de forma justa, a todos os envolvidos na atividade. Através destes programas, o turismo poderá se desenvolver de forma eficiente e eficaz atendendo às necessidades e anseios do turista

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Planejamento, Responsabilidade Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I	
1.1 – Um breve histórico do Turismo.....	12
1.2 – A reorganização dos municípios para a prática do turismo.....	14
1.3 O papel da qualificação profissional como forma de responsabilidade social.	15
1.4 - Planejamento Turístico.....	18
Capítulo II	
2.1- Histórico de Corumbá de Goiás.....	23
2.2 - Potencialidades de Corumbá.....	25
Capítulo III	
3.1- Análise da referida pesquisa.....	28
Considerações Finais	31
Referências.....	33

INTRODUÇÃO

O Turismo tem como característica principal promover o avanço da economia, através dos seus recursos naturais, culturais e sociais, entrelaçado com o interesse da comunidade, do poder público e das empresas privadas envolvidas com as atividades turísticas.

Mas, contudo, para que haja um crescimento equilibrado é necessário que o turismo caminhe junto com a inclusão social e tendo em vista, a preocupação com todos que estão a sua volta. Com isso ressalta-se uma observação a este respeito, onde segundo Uenoyama (CBTUR, 2003, p.03) “o turismo é reconhecido hoje como uma das atividades de grande destaque no desenvolvimento econômico do Brasil.[...] Atualmente a atividade depara-se com uma série de problemas, que se solucionadas poderiam impulsionar ainda mais o seu desenvolvimento”.

A abordagem ao tema levantado neste trabalho vem sendo discutida e debatida, pois, a relação desenvolvimento turístico e responsabilidade social consistem em (re) ordenar socioeconomicamente o país. Partindo do princípio de que o turismo não deve ser caracterizado somente como um vetor econômico para a cidade de Corumbá de Goiás, mas também como um alicerce entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Segundo Dreher e Oliveira (CBBTUR, 2003, p. 367) “O turismo além de apresentar-se como uma alternativa econômica lucrativa, demonstra possuir sua própria dinâmica e pode também ser um grande agente de transformação social”. Com o crescimento do turismo algumas medidas podem ser seguidas a fim de minimizar este quadro de degradação social e fortalecer o desenvolvimento em bases sustentáveis e justas para todos que ali estão inseridos. Partindo destes princípios será enfocada nessa monografia a questão do planejamento como forma de inclusão social.

O intuito deste estudo é analisar a relação do planejamento turístico, ressaltando o envolvimento da comunidade, do poder público e das empresas privadas, em determinar o seguinte objetivo: promover o turismo com responsabilidade social em Corumbá de Goiás, já que, o mesmo, pode ser considerado como uma atividade com potencial de geração de empregos, evidenciando-se como instrumento para minimizar a

questão da exclusão social da cidade, citando como exemplo o Instituto Agrícola e Educacional de Corumbá de Goiás.

O tema desta monografia surgiu da necessidade de utilizar o planejamento turístico como ferramenta de inclusão social. Sendo assim estabeleceu-se como problema de pesquisa:

Qual a importância do planejamento turístico como forma de responsabilidade social para o desenvolvimento de Corumbá de Goiás?

Sendo assim o objetivo geral deste trabalho se estabelece em analisar a importância do planejamento turístico como forma de responsabilidade social para o desenvolvimento econômico e social de Corumbá de Goiás.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: estudar a importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo e descrever histórica e geograficamente a cidade de Corumbá de Goiás e suas potencialidades turísticas.

Com o intuito de facilitar a consulta e a leitura do presente trabalho adotou-se uma abordagem metodológica, uma vez que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS, 2003, p.83).

Este projeto consiste em pesquisa exploratória, tendo como o objetivo proporcionar o maior entendimento sobre o problema, com vista a torná-lo explícito. Sendo assim definiu-se o método de estudo do presente trabalho, em um pesquisa qualitativa tendo como objetivo alcançar uma compreensão qualitativa das razões que estão desconhecidas, para os devidos levantamento de dados sobre o potencial turístico e as alternativas de desenvolvimento social (LAKATOS, 2003). Em relação ao caráter histórico-patrimonial e ambiental e sobre a infra-estrutura da cidade serão realizadas pesquisas bibliográficas com base de materiais já elaborados constituídos de livros e artigos científicos. E documentais, que se valem de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, podendo ser reelaborados, constituindo também da

análise de documentos de primeira mão como: documentos e arquivos. Para tal serão utilizados, em princípio, os livros do Historiador Ramir Curado.(LAKATOS,2003)

Contudo será feita a análise do planejamento turístico com forma de responsabilidade social do município, esta análise resultará da observação participante e das referidas pesquisas bibliográficas e documentais.

Para melhor compreensão o trabalho será dividido em três capítulos, onde, cada um tratará dos seguintes temas:

No capítulo I, trata-se sobre a questão histórica do turismo e do ordenamento turístico dos municípios, trazendo um estudo sobre o desenvolvimento do turismo e do despertar dos municípios para a prática do mesmo. Portanto será necessário o estudo sobre planejamento turístico. Contudo, o problema de pesquisa se evidencia através da inclusão social no mercado de trabalho do turismo, tornando assim necessário a abordagem com relação a responsabilidade social.

Já o capítulo II, aborda-se o histórico geográfico de Corumbá de Goiás, já que este se evidencia como potencializador do desenvolvimento do turismo com responsabilidade social.

E por fim, no capítulo III, evidencia-se nos resultados das referidas pesquisas, sobre a escolha do tema, o que foi analisado e as dificuldades do trabalho.

CAPÍTULO I

1.1 - Um breve histórico do turismo

O turismo hoje vem se desenvolvendo como um fator de contribuição para a cidade que o promove, já que este é gerador de renda e emprego e em contrapartida potencializa seus recursos naturais e culturais. Esta prática vem se destacando desde os mais remotos tempos, como descreve Padilha (*apud*, Magalhães, p.11):

O turismo existe desde as mais antigas civilizações... Contudo, somente a partir do século XVIII na Inglaterra o turismo começou a se desenvolver como atividade econômica e se fazer conhecido como uma forma de viagens em que as pessoas buscavam o prazer, a satisfação da curiosidade, o tratamento médico, ou como um meio de complementar sua educação, ou ainda por motivos culturais.

O século XIX se destacou na prática propiciadora de saúde da água do mar, que inicialmente era para fins de tratamento médico e mais tarde, foram utilizados para a prática do turismo, já que houve um grande aumento no número de balneário marítimo. Segundo Urry (*apud* Magalhães, 2002, p.12) “conforme os banhos de mar tornaram-se mais acessíveis e começaram a apresentar características mais recreativa, houve nesses balneários um crescimento populacional tão acentuado que chegou a ultrapassar as taxas atingidas nas cidades manufatureiras”.

O mesmo autor (2000) relaciona os diversos fatores contribuintes para a prática da nova forma de lazer de massa, citando os seguintes: o aumento da renda das parcelas substanciais da população industrial; o aumento da urbanização de muitas cidades de pequenos e médios portes sem o planejamento de áreas de lazer; o surgimento de uma carga horária de trabalho seguida de tempo livre para os funcionários, para a prática de lazer ou descanso; o contato com a natureza como bem de contemplação aos moradores das novas cidades industriais e a melhoria dos meios de transporte.

Mas segundo Padilha (*apud* Magalhães, 2002, p.12) “foi o Inglês Thomas Cook, em 1844, que dentro da era industrial, iniciou uma nova maneira de conduzir o turismo, já dentro de uma prática comercial”. Este pioneiro teve a percepção de atender as necessidades dos seus clientes. Logo depois vieram outras organizações afins e desempenharam papéis importantes na evolução do turismo. Em consequência, muitas famílias estavam capacitadas a financiar suas férias.

Nas décadas de 1960 e 1970 a atividade turística e suas localidades viveram uma expansão sem precedentes. Nos anos 80, de acordo com Ruschmann (1997, p.15),

A prosperidade econômica dos países desenvolvidos fez com que a grande maioria da população usufrísse férias duas vezes por ano, possibilitando a muitas categorias profissionais empreenderem viagens turísticas em grupo ou isoladamente nesse período nasce um movimento contrario ao turismo de massa, que traria prejuízos ao meio ambiente e a população dos lugares, dando origem a praticas turísticas mais individualizadas, imbuídas de uma preocupação ambiental e do conhecimento dos componentes da natureza.

Atualmente ficou para trás a idéia de que o turismo estava nas mãos daqueles que dispunham de tempo e dinheiro para fazer suas viagens. Nos dias de hoje a realidade é outra, a socialização do turismo e a concorrência acirrada entre setores, como as companhias aéreas, centros turísticos e prestadores de serviço fizeram com que um número significativo de pessoas de outras classes consiga realizar suas viagens com maior freqüência.

O turismo pode ser considerado como uma atividade importantíssima para o desenvolvimento econômico do país. De acordo com a OMT(2000), “Dados recentes afirmam que o turismo pode ser considerado uma das mais importantes atividades do mundo, sendo responsável por 192,2 milhões de empregos, número que devera aumentar para 251,9 milhões até o ano de 2010”. Mas na verdade, somente de duas décadas para cá o turismo começou a expandir-se e desenvolver-se no Brasil como atividade econômica de fato. Anteriormente ele era limitado a algumas localidades que dispunham de infra-estrutura bem dimensionada e potencial de atratividade, o que lhe conferia renome em outras partes do mundo (MAGALHÃES, 2002).

Segundo o mesmo autor (2002), por volta de 1995, buscou-se a descentralização dos dois ou três destinos, nos quais eram concentradas as práticas do turismo no Brasil, para a busca de uma nova mentalidade que contribuía para o aumento e distribuição de renda e emprego utilizando uma inserção turística em um panorama global. Com essa mentalidade foi formulada pelo governo uma política nacional de turismo, podendo ser citados os seguintes: Ecoturismo – Diretrizes para uma Política Nacional; Manual Indígena do Ecoturismo; Manual Operacional do Turismo Rural; Programa Nacional de Municipalização do turismo. Este último tinha como base a pretensão de transformar os municípios com potencial em um pólo turístico colaborando assim, para o aumento de renda e emprego e um desenvolvimento de turismo interno, sendo um eficaz instrumento de descentralização de gestões turísticas.

1.2 - A reorganização dos municípios para a prática do turismo

Através da idéia de transformar os municípios em um potencial turístico acarretando um vetor de desenvolvimento econômico, surgiram vários interesses em incrementá-lo, assim como descreve a autora Magalhães (2002, p.73):

São lugares que, por contar com atributos físicos, recursos históricos e culturais, passam por uma transformação no sentido de se moldarem as exigências do turismo e do turista. A reorganização pode se dar por diferentes motivos, que vão desde o planejamento prévio e intencional em razão da nova exploração (desejada pelo poder público) chegando até a verificação de uma demanda crescente que leva à necessidade do ordenamento, ou mesmo da descoberta do lugar pela iniciativa privada na intenção em razão da exploração turística. Ela é traduzida por investimentos em infra-estrutura, obras de recuperação, criação de serviços, melhoria do paisagismo, que mudam a feição local e o estilo de vida da população.

O turismo proporciona um conjunto de investimentos, citados acima pela autora (2002), desenvolvendo uma melhor qualidade de vida para a comunidade local.

Mas não se pode negar que este movimento pode provocar a exclusão de uma boa parte da população nativa, se estes não participarem do planejamento turístico da localidade. Com isso evidencia-se a necessidade de reformular a idéia de potencial turístico.

Portanto, é necessário um planejamento ordenado da atividade turística, buscando o apoio da comunidade desde o início da organização, destinada a impulsionar o turismo, tornando-os responsáveis ao cumprir tarefas de proteger os patrimônios históricos e culturais, além de estimulá-los ao interesse de se profissionalizarem para atuarem no mercado de trabalho. É importante também exigir que o poder público seja mais participativo, principalmente no que diz respeito à fiscalização, para que haja um controle na conservação dos aspectos físicos, ambientais e patrimoniais, ao invés de consumi-los predatoriamente. Utilizar o turismo como mecanismo de Inclusão Social é fazer com que os benefícios do turismo atinjam a toda a sociedade.

1.3 - O papel da qualificação profissional como forma de responsabilidade social

Como foram citados anteriormente os municípios precisam de fatores favoráveis como aspectos físicos, recursos históricos e culturais, além na necessidade de que a comunidade, o poder público e os empresários estejam engajados para haja o desenvolvimento do turismo.

Hoje o turismo é reconhecido como uma atividade propiciadora de emprego e renda, promovendo com isso, a grande maioria dos municípios que detém estes fatores e que estão apostando no turismo. (OMT, 2000). Portanto a competitividade turística é definida pela qualidade de serviço.

A aposta na qualidade do serviço é a chave do sucesso no turismo, pois será na melhoria da qualidade, que no futuro, a competitividade turística vai se basear (e não em políticas de preço ou na aposta na infra-estrutura, por mais importante que sejam estes factores). O cliente exigirá elevados níveis de qualidade de atendimento e para isso são necessárias organizações preparadas para se anteciparem aos seus desejos e com a sensibilidade suficiente para detectarem

quando o serviço se desviou das expectativas do cliente e introduzirem as correções devidas". (FERNANDES, 2000, p.18)

Para tanto não basta ter somente as bases do turismo como infra-estrutura, patrimônios históricos e culturais, precisa-se também, conquistar e fidelizar o cliente com um bom serviço excedendo suas expectativas de forma mais completa do que o cliente esperava. Segundo Ansarah (2002, p.27),

Com a globalização, o mundo vivencia uma nova onda – a do indivíduo – no qual o grande diferencial é a competência das pessoas. As novas tecnologias de equipamentos e de gestão detêm um papel fundamental, passam necessariamente pela crescente flexibilização das novas relações de trabalho e tem como consequência o aparecimento de novos e diferentes formas de se organizar materiais e de capacitar o elemento humano para a produção de bens e de serviço necessários a sociedade.

Seguindo a idéia da mesma autora (2002,p.44),

Para atuar no setor turístico deve-se ter a consciência do que é servir, já que o sentido deste setor é a prestação de serviço. Contudo, o turismo, envolve um cuidado especial com o turista, a fim de que este seja tratado com respeito, dignidade, cortesia e consideração. E para atender este objetivo deve-se ter profissionais capacitados para a atuação no mercado.

Através deste estudo cujo objetivo de pesquisa é analisar a importância do planejamento turístico com responsabilidade social como forma contributiva para o desenvolvimento social e econômico de Corumbá de Goiás, este capítulo se torna peça chave em relação a inclusão social.

Corumbá de Goiás possui potencial turístico em seus recursos naturais e culturais, mais os altos índices de desigualdade social referentes aos níveis de pobreza e exclusão do mercado de trabalho, por não serem capacitados para tal, dificultam o processo de crescimento no desenvolvimento do turismo. Segundo, Magalhães (2002, p.20),

É inerente à atividade turística a exploração e apropriação dos espaços físicos e sociais das comunidades, sobretudo da mão-de-obra, reconhecida como a mais mal paga do mundo, além do fato de os cargos melhores remunerados e que exigem maior qualificação são na maioria das vezes, preenchidos por pessoas que vêm de fora, restando aos membros da comunidade os postos menos qualificados e de baixa remuneração.

Com isso é necessário que pessoas e entidades governamentais e empresariais busquem a mudança deste quadro. Para tanto, é preciso que estes tenham consciência da importância do compromisso com a melhoria da qualidade de vida, agindo com responsabilidade social onde todos possam ter uma vida digna exercendo sua cidadania. De acordo com Neto (*apud* RAMOS, 2003, p.373), o conceito de responsabilidade social das empresas é entendido como:

Responsabilidade social corporativa é o compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de sua família, pra comunidade local e da sociedade como um todo.

O compromisso da organização com responsabilidade social teve esta direção por meio de atos e atitudes que afetem positivamente a comunidade. Assumindo assim obrigações de caráter moral, além das estabelecidas por lei mesmo que não sejam voltadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade (ASHLEY, *apud*, RAMOS,p.373).

Segundo o INSTITUTO ETHOS, responsabilidade social é uma forma de vincular os negócios da empresa com o desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender a todos e não apenas a acionistas e proprietários.

Com isso capacitar e profissionalizar aqueles excluídos ou mal pagos no mercado de trabalho, não só os favorece, mas contribui também para a qualidade dos serviços prestados, já que esta é peça importante para o desenvolvimento do turismo.

Mas para que este propósito seja cumprido se faz necessário que todos os envolvidos na atividade turística, utilizem-no como meta, no seu planejamento, promovendo assim um crescimento ordenado tanto socialmente quanto economicamente. Com relação ao ato de aproveitar o turismo como mecanismo de inclusão social, será utilizado como exemplo, o programa de capacitação para o turismo do Banco do Nordeste apresentado aos alunos das Faculdades Jorge Amado, em setembro de 2002, quando foi firmada a parceria do Banco com a Faculdade.

Este projeto é realizado pelos agentes de desenvolvimento que atuam em regiões pré-determinadas pelo Banco e estas regiões dividem-se de acordo com a área de atuação de cada agência bancária”. Os agentes de desenvolvimento são responsáveis pela execução dos planos estratégicos elaborados pela instituição, articulando com atores locais, as transformações que devem ocorrer, buscando parcerias com entidades e empresas para a atuação conjunta com responsabilidade social, e interferindo diretamente com a comunidade local promovendo a mudança de mentalidade dos agentes produtivos, visando o crescimento e desenvolvimento sustentável da região possibilitando aos participantes uma alternativa de emprego e renda, através da profissionalização ou do empreendedorismo [...] (UENOYAMA,2003,p.8).

Contudo, para o turismo se desenvolver de maneira positiva, deve-se incentivar que a comunidade participe desta ação, na busca constante da valorização e da auto-estima da população, proporcionando emprego e renda, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Segundo a mesma autora (2003), “a cada dia cresce a consciência coletiva de que o desenvolvimento econômico deve se aproximar mais do desenvolvimento social”. Para tanto se faz necessário a elaboração de um planejamento onde a responsabilidade social se torne um fator prioritário no seu desenvolvimento.

1.4- Planejamento Turístico

Com o descontentamento de como o desenvolvimento turístico, vem crescendo de forma predatória, tem-se aumentado as exigências de utilizar o planejamento turístico como forma de minimizar os efeitos indesejados da atividade. Segundo Ruschmann (1999, p. 87),

Planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam aos anseios da população locais e dos turistas constitui a meta dos poderes públicos que, para implantá-los, vêem-se diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro que é o de prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior numero de pessoas possível contrapõe ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades.

Sabe-se que, por meio de um planejamento bem elaborado, consegue-se solucionar com mais eficiência os problemas futuros e muitas vezes, evitá-los.

É um recurso que deve ser utilizado de forma coerente e eficaz quando se diz respeito à busca do desenvolvimento local sustentável de longo prazo dos destinos turísticos. Segundo Dias (2003, p.87), tomar a decisão de se planejar algo deve ser um ato consciente, pois,

Ao decidirmos fazer um planejamento, na verdade estamos optando por determinado futuro, e a partir desta escolha organizaremos o presente para que possamos atingir o objetivo traçado. De outro modo, podemos afirmar que, em qualquer sociedade, planejar é a tentativa de definir e seguir uma direção desejada.

Com isso planejar é um questão de responsabilidade, utilizado de forma coerente e eficaz, pela busca de se atingir um fim. No caso desta pesquisa, a adoção do planejamento em Corumbá de Goiás, poderia contribuir para o desenvolvimento do turismo de forma satisfatória, levando em consideração os desejos e anseios do turista, mas, visando principalmente a capacitação daqueles que estão excluídos do mercado de trabalho, contribuindo assim para a diminuição da desigualdade social da cidade de Corumbá e para a exclusão dos mesmos. Segundo o Dias (2003, p.94),

O modelo de planejamento, qualquer que seja, pressupõe certa racionalidade da ação, isto é, a possibilidade de prever a realidade futura e portanto alterá-la. A previsão é feita através de uma análise de dados, julgados relevantes pelos técnicos responsáveis e que teoricamente, podem explicar os fatos pressupondo esta regularidade entre eles [...] Contudo, as condições de sucesso estão ligadas a fatores externos do planejamento e que na realidade condicionam sua execução. Entre os mais importantes estão, primeiro, o fato de que deve haver um apoio inequívoco da comunidade que precisa estar convencida de sua necessidade e, segundo, a estrutura política que de respaldar sua aplicação.

É preciso mostrar que, através de políticos precisos e eficientes, empresários preocupados no âmbito social e uma comunidade consciente é possível promover o processo de mudança em favor do desenvolvimento social e econômico, mantendo visível a importância na necessidade da conservação ambiental, bem como o respeito à

cultura e os modos de ser e agir dos diferentes grupos humanos que fazem parte desse universo.

Contudo, se atividade turística vier a ser explorada na ausência de um planejamento, sem qualquer suporte técnico ou objetivo pré-definido, este vai se desenvolver de forma desordenada, utilizando os recursos ambientais e culturais da localidade de forma predatória.

Apesar de Corumbá contar com recursos histórico-cultural-ambiental, sua forma de gestão governamental e empresarial na atividade turística é baseada em reações intuitivas, contribuindo assim para que tanto o governo como a comunidade, não considere o turismo como atividade de relevância. Para tanto seria necessário a elaboração de programas conscientizadores para a importância do turismo caracterizando-o como instrumento de crescimento econômico local. Onde segundo ACM (*apud*, DIAS, 2003, p.98) relata que:

Os programas e projetos constituem parte do plano. E constituem unidades menores que servem para detalhar a execução do plano.[...] os projetos são o meio mais direto pelo qual o plano se concretiza ou materializa na realidade espacial e/ou social. Por esta razão é muito importante que eles estejam bem planejados, tanto em seus aspectos técnicos como em sua relação com os objetivos de desenvolvimento que se desejam obter por seu intermédio.

Sendo assim, a conscientização governamental sobre a importância do planejamento turístico contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações, favorecendo o surgimento de comunidades mais sustentáveis, fortalecendo assim a economia local, gerando renda e emprego. Além disso, deve-se atentar principalmente para o cumprimento das responsabilidades sociais, para que a sociedade não sofra com problemas de pobreza e exclusão social. Segundo Kotler (*apud* UENOYAMA, 2003, p.06)

responsabilidades sociais são atribuições que a sociedade estipula para as instituições, tendo por objetivos definir algumas obrigações relacionadas à preservação do meio ambiente, dos direitos das minoria e dos direitos das populações estabelecidas (nativas ou não).

Desta forma é necessário que os órgãos governamentais passem adiante estes conhecimentos a todos os envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, pois grande parte das decisões importantes que moldam o desenvolvimento turístico

não devem ser tomadas apenas pelos planejadores e governantes, mas também, pelos empresários locais e pela comunidade.

Segundo Dias (2003, p.113):

A questão da relação direta com o conceito de cidadania, à medida que este se refere à condição de um indivíduo portador de direitos. Não há direito maior de um indivíduo ao que decidir seu próprio destino. O planejamento, enquanto instrumento de desenvolvimento, interfere na vida das pessoas, à medida que orienta para um futuro determinado, previamente escolhido. Essa escolha, ou decisão, para ser democrática, deve ser compartilhada pelos cidadãos.

Para tanto faz-se necessário ressaltar que as empresas privadas são peças-chaves para o desenvolvimento do turismo com responsabilidade social, já que este setor tem por finalidade promover investimentos de caráter comercial, oferecendo produtos e serviços para o turista. Mas que se este for voltado somente no sentido comercial, não contribuirá para o desenvolvimento local, transformando lugares em meras mercadorias, sendo lucrativo apenas para alguns grupos minoritários.

Entretanto diante deste problema, deve-se ressaltar a importância do papel do empresário com a responsabilidade social contribuindo para que a comunidade venha a fazer parte dos benefícios gerados pelo setor turístico, tais como, geração de emprego, o incentivo à cultura em prol de projetos sociais e a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais locais. Também é válido ressaltar que existem leis de incentivo fiscais que possibilitam as empresas privadas de exercerem parcialmente essa atividade, como a lei federal de incentivo à cultura. Outro exemplo é Lei nº 8313 de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – que criou o programa nacional de apoio à cultura (PRONAC), com o objetivo de incentivar a produção de projetos culturais através da captação de recursos com base em incentivos fiscais. A lei permite que os projetos aprovados pela comissão nacional de incentivo à cultura recebam patrocínios e doações de empresas e pessoas, que poderão abater, ainda que parcialmente, os benefícios concedidos do imposto de renda devido (FERNANDES, 2003, p.588).

Existem também instituições que hoje estão considerando como ponto de avaliação de risco, para a liberação de empréstimos e investimentos para a atividade turística, que cumpram um papel no âmbito social, utilizando sua prática de responsabilidade social como parte do seu programa estratégico de desenvolvimento.

Segundo Beni (*apud* UENOYAMA, 2003, p.06) “no cenário nacional surgiu, recentemente um avanço no sistema de parceria em virtude da falência do estado na solução dos problemas sociais com responsabilidade e justiça. O próprio governo federal vem conferindo ênfase à formação de organizações sociais”.

Com isso o setor pode vir a contribuir com a comunidade local e fazer com que todos estejam envolvidos no desenvolvimento do turismo. A partir desta consciência, segundo Falcetta (2003,p.396),

A necessidade de participação das empresas no processo de construção de um modelo de desenvolvimento centrado na preservação do meio ambiente, do patrimônio cultural e a promoção dos direitos humanos, o resultará em uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa.

Por fim, ressalta-se que a comunidade tem um papel decisivo na implementação do turismo, para que perpetue sua cultura para as gerações futuras, formando assim, uma consciência de valorização econômica dos recursos naturais, da herança cultural, do artesanato e da culinária.

Através deste processo de conscientização de que o planejamento turístico juntamente com a responsabilidade social, poderá contribuir para o desenvolvimento do turismo como gerador de renda e emprego. Deve-se enfatizar de um modo mais amplo, que esta união de planejamento e responsabilidade social pode tornar pessoas que não possuem nenhum objetivo definido na vida, em agentes produtivos, e uma vez que estes sejam capacitados, será possível não só o aumento do auto-estima dessas pessoas, mas também, inclui-la em um contexto social ao qual não se viam inseridos.

Por tanto se o turismo é benéfico para a comunidade que o promove, conseqüentemente o será para o turista.

CAPITULO II

2.1 - Histórico de Corumbá de Goiás

O Brasil no ano de 1720 pertencia a Portugal, com isso o rei que o governava incentivava a organização de bandeiras, que eram lideradas pelos Portugueses e Paulistas, sob seu comando vieram para o Brasil escravos africanos e indígenas que eram obrigados a fazer todo o serviço braçal, na busca pelo ouro (CURADO, 1996, p.15).

No estado de Goiás, devido à descoberta desse minério precioso, onde as águas do Ribeirão Bagagem se encontram com as do Rio Corumbá, surgiu a cidade de Corumbá de Goiás, no ano de 1729.

Segundo a tradição, contada por Antônio Viegas de Alayde, o surgimento de Corumbá aconteceu do seguinte modo (CURADO, 1996):

Os bandeirantes organizavam no poço rico (atual poço da Bandia), um garimpo para a retirada do ouro. Como os trabalhadores no garimpo os obrigavam a ficar nesse local, seus escravos ergueram na margem esquerda no rio Corumbá alguns ranchos para servirem de moradia e uma capela para as suas orações . O local onde está hoje a parte maior e mais antiga da cidade era então coberto por uma grande mata. Ela pertencia aos índios caiapós que não muito longe dali, junto aos córregos Caiapó e Cocalzinha e centenas de anos. Esses indígenas iam buscar no mesmo local sua comida e sujavam com o garimpo as águas onde eles pescavam, os índios passaram a atacar o arraial, o que levou os seus moradores a mudarem dali. E por que a margem direita de Corumbá oferecia maior proteção contra o ataque dos índios, os garimpeiros e seus escravos para lá se mudaram provavelmente em 1931.

O arraial de Corumbá foi fundado pelo Bandeirante paulista que tinha garimpo de ouro e fazenda de gado, o Senhor Diogo Pires Moreira. Em 1739 o distrito passou a pertencer ao julgado de Meia Ponte (hoje Pirinópolis) criado nesse mesmo ano. (CURADO, 1996).

Durante aproximadamente 50 anos, a mineração do ouro foi a principal atividade econômica da cidade. O ouro obtido nos garimpos não ficava na localidade,

parte dele servia de dinheiro que era mandado para Portugal como sendo do julgado de Meia Ponte.

Para alimentar os garimpeiros e os escravos, surgiram as primeiras fazendas dedicadas à agricultura e à pecuária. Devido a uma exigência do governo, os fazendeiros de Corumbá passaram a registrar suas terras e recebiam então, o título de propriedade chamada carta da sesmaria (CURADO, 1996).

Segundo o mesmo autor (1996), a parti de 1780, os garimpos de ouro foram sendo abandonados, por alguns motivos como: a cobrança de impostos altíssimos pelo governo, além disso, os garimpeiros nem sempre eram bons administradores. Também o ouro agora ficava cada vez mais difícil de ser encontrado e retirado dos rios. Enquanto a Mineração desaparecia, aumentava o número de fazendas dedicadas à agropecuária.

Até 1849, Corumbá e sua zona rural pertenciam ao Município de Meia Ponte, porém, nesse mesmo ano, o deputado João José Campos Curado conseguiu a elevação do Arraial de Corumbá à categorial de vila e posteriormente à criação do Município de Corumbá. João José governou Corumbá durante três mandatos, mas, apesar de um bom administrador público, o não pagamento de impostos por parte de muitos contribuintes de Corumbá fez com que as despesas do governo Municipal sempre superassem o dinheiro arrecadado. Com isso o governo Goiano retirou a Independência de Corumbá e em 1863 a cidade voltou a pertencer a Meia Ponte (CURADO, 1996).

A não satisfação dos Corumbaense com a perda da independência, João Fleury de Campos Curado foi eleito para representá-los na câmara, onde este consegue novamente a categoria de vila e a independência político-administrativa de Corumbá de Goiás.

Atualmente Corumbá tem como prefeito, o senhor Waldecir Divino Casseano e se localiza na micro-região do planalto goiano, porém, pertencente à área de influência da região geoeconômica de Brasília. A cidade encontra-se inserida na região centro-sul do estado de Goiás, ente os paralelos 15º e 16º e os meridianos 48º e 49º com distância de Anápolis de 45 km seguida pela BR 414 e 110 km de Goiânia. Brasília encontra-se a uma distância de 130 km ligada pela BR 070 (IBGE, 2000).

De acordo com o IBGE (2000), no senso demográfico de 2000, o município de Corumbá de Goiás tem reconhecida uma área de 1062Km². Sua população segundo os dados do senso era de 9487 habitantes, sendo 4419 homens, 4568 mulheres, e destes, 5576 residem na zona urbana e 3911 na zona rural.

Sua economia está baseada na pecuária e na agricultura. Na atividade pecuária, o rebanho bovino é em maior número, e na agricultura tem-se as produções de milho, arroz e feijão, além da mandioca e da cana-de-açúcar, porém, a localidade produz também hortaliças e frutas. O comércio local é diversificado devido à concorrência com Anápolis e outros grandes centros comerciais (CURADO,1996).

Há aproximadamente 165 estabelecimentos comerciais nos diversos ramos de negócios. No que diz respeito à indústria, existe uma de Laticínios, importante por ser a maior empregadora da cidade. Com relação à educação, possui 2 (duas) escolas urbanas e 2 (duas) rurais.

O esgoto em sua maioria é despejado na rede de água pluvial e o restante em construção séptica. Atualmente está sendo realizado um programa de incentivo para que todos se adequem à construção de fossas, e assim, possam despoluir o ribeirão Bagagem e o rio Corumbá, que são os principais atrativos turísticos de Corumbá.

2.2 - Potencialidades de Corumbá

Corumbá de Goiás possui potencial turístico. O município é rico em belezas naturais, como o exemplo das várias praias situadas às margens do rio Corumbá. Sendo assim, o turismo ecológico pode vir a ser desenvolvido, já que hoje existe o “plano de manejo” para o parque estadual Serra dos Pirineus para que este seja utilizado pela atividade de forma sustentável. (PLANO DE MANEJO, Parque Estadual da Serra dos Pirineus).

Outras atrações ainda valorizam a localidade. Corumbá é uma das cidades mais antigas de Goiás sendo o terceiro conjunto histórico do estado. Sendo assim,

possui atrativos históricos culturais como: a igreja de Nossa Senhora da Penha de França, construída entre 1774 e 1880, com belas pinturas e imagens como a de Nossa Senhora da Penha, Padroeira da cidade; a ponte sobre o rio Corumbá, com 110 metros de comprimento, toda em madeira e construída sob a direção de Antônio Félix Curado entre 1897 e 1901; o sobrado de Áurea Fleury, construída em 1868 pelo Padre Manuel Inocêncio da Costa Campos (primeiro vigário de Corumbá), para abrigar o primeiro hospital e a primeira escola normal da cidade; a corporação musical 13 de maio, fundada em 13 de maio de 1890, conhecida como a casa de consagrados compositores, possui um acervo atual de mais de 700 peças musicais; biblioteca municipal Monsenhor Chiquinho, fundada em 1897 pelo Monsenhor Francisco Xavier da Silva, é detentora ainda hoje de verdadeiras raridades bibliográficas (CURADO, 1996).

Além disso, Corumbá de Goiás possui várias festas tradicionais ligadas ao catolicismo popular como: a festa de São Sebastião, a quaresma e a semana santa, a festa do Divino Espírito Santo, do Santo Elesbão e de Santa Ifigênia, a festa de Corpus Christi, as festas Juninas e festa de Nossa Senhora da Penha. A arte popular corumbaense também pode ser um atrativo turístico já que este possui cantigas e danças de roda das crianças cantados na dança catira, as modas de viola sertanejas e modinhas. (CALENDARIO DE FESTAS DA REGIÃO, 2005 A 2008 ESPECIFICADA EM UM BANNER)

Sua infra-estrutura física é composta de, uma panificadora, oito lanchonetes, dois postos de gasolina, uma emissora de rádio, uma delegacia da polícia civil e um batalhão da polícia militar, um correio, uma torre para celular e uma torre de TV, um hospital público um posto de saúde, além de uma clínica particular.

Com relação à infra-estrutura turística, existem doze pousadas, cinco áreas de camping e cinco restaurantes. A produção artesanal corumbaense ainda não está totalmente voltada para o mercado, com isso não é possível saber exatamente quantos artesões existem em Corumbá. Foi construído atualmente um Centro de Atendimento ao Turista (CAT). Segundo o secretário de meio ambiente e turismo, Itamar Queiroz, tem-se o interesse de se construir futuramente um centro de comercialização de produtos artesanais da localidade.

Apesar de sua potencialidade, constituída por fatores como: a história de Corumbá, a cultura, a dança, as festas religiosas, a cachoeira (salto corumbá), o turismo como atividade, ainda não representa grande valor econômico para a cidade. Contudo, o turismo é entendido, tanto para o poder público, como para os empresários locais, como um fator importante para o desenvolvimento econômico, mas, estes não têm a percepção de como alcançar o turismo tendo como base o planejamento integrado com a responsabilidade social e tomando como foco, a melhoria nas condições de infra-estrutura urbana e dos equipamentos turísticos. Além disso, esta parceria pode possibilitar também cursos de capacitação profissional, inserindo aqueles que estão fora do mercado de trabalho de Corumbá. Porém, para se alcançar este desenvolvimento através do planejamento com base na responsabilidade social, deve-se incluir a comunidade como fator participante das tomadas de decisões.

CAPÍTULO III

3.1 - Análise da referida pesquisa

A pesquisa deste estudo foi uma experiência muito importante e ao mesmo tempo gratificante do ponto de vista profissional e pessoal.

Através da pesquisa documental foi constatada que Corumbá possui um plano diretor, mas que este, não utiliza o turismo como fator de relevância para o desenvolvimento econômico da cidade. Apesar de possuir recursos ambientais e culturais favoráveis foi constatado que para se alcançar o crescimento do turismo deve-se primeiramente atender às necessidades básicas da comunidade (esgoto, infraestrutura, lixo, transporte e etc.), para que posteriormente o turismo possa vir a ser planejado, visando o desenvolvimento econômico e social local. Neste projeto foi constatado que para se alcançar o desenvolvimento do turismo satisfatoriamente, se faz necessário despertar na comunidade o interesse em participar deste desenvolvimento.

Seria injusto, deixar de mencionar que através da coleta de dados foi possível observar que existe um grande interesse do secretário do meio ambiente e do turismo em desenvolver o turismo em Corumbá de Goiás.

Contudo, não basta desenvolver o turismo de forma intuitiva sem o mínimo de planejamento, pois, segundo Ruschmann (1999, p.159),

O plano de desenvolvimento turístico é entendido como um conjunto de medidas, tarefas e atividades por meio das quais se pretende atingir as metas, o detalhamento e os requisitos necessários para o aproveitamento de áreas com potencialidade turística. O processo de elaboração do plano deve considerar as características e as singularidades regionais que exigem a adoção de metodologia e técnicas adequada a cada caso.

Para atender o cumprimento destas medidas, tarefas e atividades aos quais se pretende atingir as metas é necessário levar em consideração todos os anseios e desejos de cada setor como: comunidade, governo e empresas privadas. Com isso se torna necessário a relação entre os setores para que eles venham através do consenso

unificado propor objetivos e atingir metas, acarretando a melhoria da qualidade de vida, mediante a geração de emprego e renda, desenvolvendo assim, econômica e socialmente a cidade de Corumbá de Goiás

Pois o grande problema para o não desenvolvimento satisfatório da cidade se caracteriza pela falta de integração entre governo, empresas e comunidade, onde segundo Uenoyama (2003, p.12 e 13.):

Não pode existir o desenvolvimento do turismo sem a integração efetiva da população local. O trabalho conjunto de todas as entidades ligadas com o *trade* turístico, as empresas privadas o governo e a própria comunidade, podem gerar um produto turístico de altíssima qualidade, basta que todos estejam engajados no mesmo objetivo e que o resultado disso não seria apenas da minoria mais rica e sim da população carente.

Através desta percepção se torna inevitável o desenvolvimento de um planejamento com responsabilidade social, já que o planejamento tem como instrumento interligar todos os envolvidos na elaboração do plano. É evidente também, que a proposta de responsabilidade social faz com que o turismo seja repensado, utilizando-se como foco, o homem e seu entorno. A possibilidade de oferecer oportunidades de capacitação e profissionalização, a aqueles que não dispõem de recursos (financeiro), está relacionado diretamente ao direito de cada um como cidadão.

O turismo inclusivo tem se pautado na oportunidade de minimizar as bruscas desigualdades sociais. Como exemplo de proposta de inclusão social, será citado o trabalho do Instituto Agrícola Educacional de Corumbá de Goiás.

O Instituto tem a missão de educar e formar cidadãos, além de ser uma entidade de proteção e abrigo de menores na forma de assistência social.

Desta forma o trabalho do Instituto contribui com o Estado Nacional na solução de alguns problemas sociais, ao privar os menores atendidos, da participação nas estatísticas de marginalização, atraídos pelos caminhos da prostituição, das drogas e da ociosidade física e mental, assim, destruindo-os como pessoa.

Contudo, ao completarem a maioridade, estes jovens não são expulsos da instituição, mas se vêem na necessidade de buscar algo a mais para os completarem como cidadãos. Desta forma, o planejamento com responsabilidade social proporciona

a estas pessoas oportunidades de se lançarem no mercado, através de programas e projetos voltados para a capacitação e profissionalização do turismo, ocasionando assim, não só a elevação da auto-estima destas pessoas, mas também, a qualificação dos serviços prestados ao turista, de forma a atender suas necessidades satisfatoriamente.

Não é difícil encontrar evidências de que a realização de projetos de capacitação profissional no turismo – tendo como base aos meninos do instituto – se constituem em um desafio para muitos e uma realidade para poucos. Este cenário valida a necessidade de enfrentar os desafios, para que não se perpetue um problema que pode acarretar o não desenvolvimento do turismo em Corumbá.

Para tanto, se a atividade quer ser alavanca de forma adequada, o turismo deve ser encarado como fator prioritário para o desenvolvimento econômico da cidade, tendo a seu favor, a responsabilidade social como a principal ferramenta para diminuir a desigualdade social, proporcionando assim, uma melhoria na qualidade de vida local principalmente, com a inclusão daqueles que estão fora do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na execução deste trabalho foi observado que o tema “turismo com responsabilidade social” vem sendo debatido e discutido mas que ainda não existem estudos e pesquisa sobre o mesmo, o que dificultou a realização da referida pesquisa.

Com isso este trabalho abre espaço para a contribuição de pesquisas futuras.

Após este estudo, percebeu-se que Corumbá de Goiás é possuidor de um potencial natural e histórico-cultural satisfatório, além de estar próximo a centros urbanos como: Brasília, Goiânia e Anápolis, capaz de atrair um grande número de turistas. Mas que, de fato, a atividade turística não se evidencia como foco de interesse para os mesmos, devido a sua infra-estrutura básica e turística ser ainda precária, dificultando assim o desenvolvimento do turismo.

O município vem ao longo dos anos tentando se desenvolver como atrativo turístico mas de forma intuitiva e sem participação da comunidade sendo que esta deve ser a principal interessada.

No caso de Corumbá de Goiás é notório que este não consegue se desenvolver, devido a falta de um planejamento. No entanto, se o turismo vier a se desenvolver sem a responsabilidade social, não utilizando a inclusão dos que estão fora do mercado de trabalho como estratégias de apoio ao desenvolvimento local, poderá ocorrer o aumento da desigualdade e conseqüentemente da pobreza e violência na cidade, tornando assim, inviável o crescimento satisfatório da atividade turística.

O desenvolvimento do turismo com responsabilidade social na cidade só poderá acontecer desde que exista a conscientização de todos em promover ações sociais, utilizando como mecanismo, a inclusão social, beneficiando assim, aqueles que têm o interesse e a vontade em conseguir algo melhor para suas vidas.

Sendo assim, deve-se estimular para que a comunidade e todos os envolvidos estejam engajados no desenvolvimento do turismo. Além disso, deve-se proporcionar, de forma igualitária, a obtenção dos benefícios promovidos pela atividade, melhorando a qualidade de vida da população, gerando renda para o governo e lucro

para os empresários, e promovendo também a inclusão social através do mercado de trabalho. Assim, será alcançado o desenvolvimento econômico e social onde todos se tornam responsáveis pelo meio em que vivem e beneficiados pelo mesmo.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**; reflexões e cadastro das instituições educacionais, São Paulo: Aleph, 2002.

CURADO, R. **Corumbá de Goiás**; estudos sociais, Brasília Editora Ser, 1996.

DREHER, M. T. OLIVEIRA R. A., **O empreendedor turístico como agente de transformação social** . In. BAHL, M. XIII CBTUR. Recife: 2003.

FERNANDES, A. **Volte sempre! Qualidade de serviço no turismo**. Cabo gráfico Ltda., 1999.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em abril 2007.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, disponível em <http://www.ethos.org.br>, acesso em abril 2007.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**, 2º edição – São Paulo: Atlas, 1991.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em Municípios**. São Paulo: Rocco 2002.

OMT, **Organização Mundial do Turismo**, disponível em: www.omt.gov.br, acesso em abril 2007.

RAMOS, S. E. V. C. **Turismo com Responsabilidade Social**. In. BAHL, M. XIII CBTUR. Recife: 2003.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. edição, 1999.

UENOYANO, R. H. S. **Desenvolvimento do turismo com Responsabilidade Social**. In. BAHL, M. XIII CBTUR. Recife: 2003.